

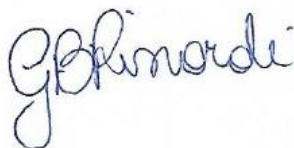
A

Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança (CEIV)

Ref.: Resposta ao Parecer nº053/2020

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente vimos por meio deste apresentar as complementações/considerações solicitadas com relação ao processo administrativo nº 22.833/2020 em nome de MP Administradora de Bens SS Ltda do empreendimento Cabral Galpões para devida análise.



Assinatura do Responsável Técnico
Georgiana Bossardi Rissardi
Engenheira Ambiental
CREA/SC 113696-5

Balneário Camboriú, 22 de Outubro de 2020.

1. O item 1.1 informa uma área construída de 2.276,72m² enquanto os projetos arquitetônicos demonstram uma área de 3.093,72m². Rever e compatibilizar informações.

Resposta: Foi corrigido a área para 3.093,72 m², conforme consta no Projeto Arquitetônico.

2. Em relação ao item 1.1, descrever com mais detalhes a atividade prevista (comercial, industrial, etc).

Resposta: A atividade prevista nos galpões é o depósito de materiais de construção civil e de segurança do trabalho, sendo que o mesmo já se encontra locado para estes fins.

3. No Item 2.1, conforme Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018, deve-se também caracterizar o imóvel apresentando sua condição anterior à implantação do empreendimento.

Resposta: Anteriormente a instalação do galpão, o imóvel não possuía benfeitorias, apresentava vegetação nativa em grande parte do terreno, e em alguns pontos sinais de erosão, da camada de horizonte A. Nas Figuras abaixo pode-se verificar a situação do imóvel antes da implantação do empreendimento.

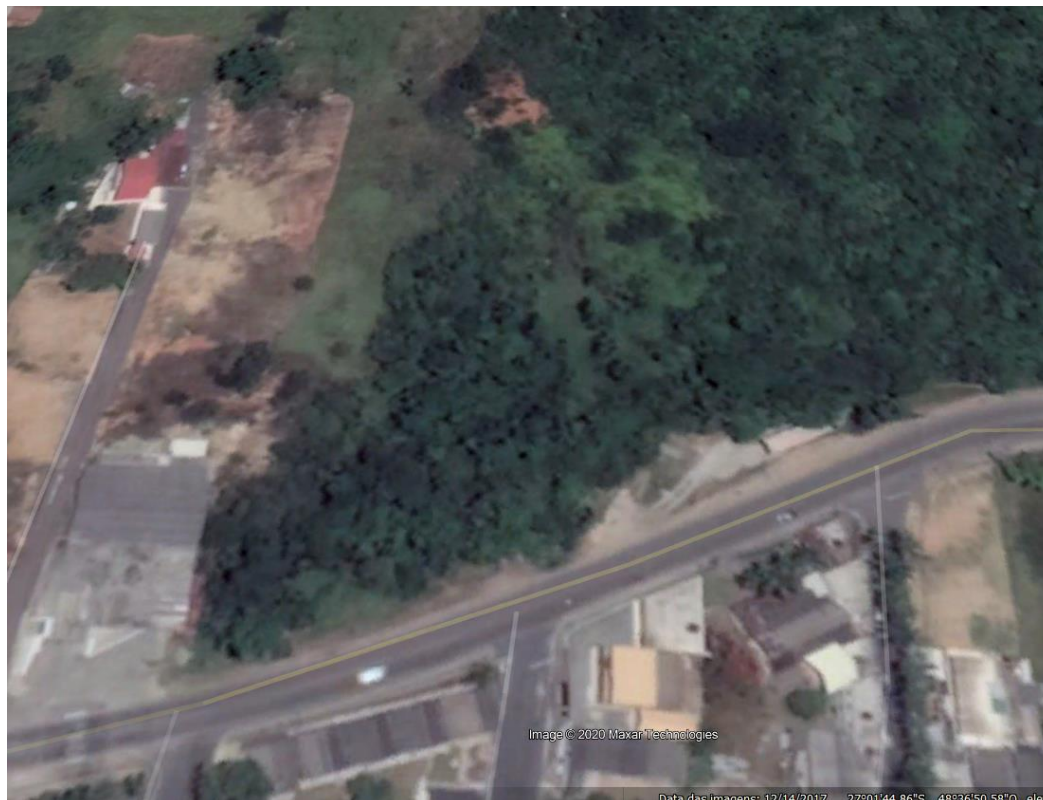


Figura 1. Situação do local de implantação do empreendimento em 14/12/2017, anteriormente a intervenção. Fonte: Google Earth.



Figura 2. Visão do imóvel, agosto de 2017.



Figura 3. Visão do imóvel, agosto de 2017.

4. Em relação ao item 2.2:

4.1. As áreas dos pavimentos apresentadas na tabela 1 são diferentes das áreas apresentadas no projeto arquitetônico. Rever e compatibilizar informações.

Resposta: Correção da Tabela 1.

Na Tabela 1 pode-se observar o quadro do empreendimento.

Tabela 1. Quadro de áreas do empreendimento.	
Descrição	Área Construída (m²)
1º Térreo/Comércio/Acessos	2.843,72
2º Mezanino	250,00
Total	3.093,72

*817,30 m² corresponde ao estacionamento descoberto.

4.2. Conforme Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018, indicar a metodologia utilizada para estimativa ou previsão de população. Detalhar a população do empreendimento, quantos funcionários, clientes, etc.

Resposta: A metodologia utilizada para estimativa da população foi através do Projeto Hidrossanitário do empreendimento, sendo adotado 15 pessoas/m² da área térrea do galpão, chegando-se a uma previsão de população para o empreendimento de 134 pessoas.

Conforme informações obtidas junto aos locatários atuais do galpão, o empreendimento irá possuir um fluxo máximo de 20 pessoas/dia entre funcionários e pessoas responsáveis pela carga e descarga de materiais, sendo os galpões utilizados apenas para depósito de materiais, ou seja, com o fluxo bem inferior ao apresentado de 134 pessoas. Contudo, levou-se em consideração as demandas e os impactos para a capacidade máxima do empreendimento.

4.3. Não foram encontradas vagas para bicicletas, a CEIV sugere prever a instalação de bicicletário de forma que atenda a demanda do empreendimento;

Resposta: No Anexo I encontra-se a localização do bicicletário, com capacidade para 05 bicicletas.

5. Em relação ao item 2.4 Descrição das obras, conforme item 2.4 do Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018, deve-se indicar a estimativa de materiais a serem utilizados.

Resposta: Elementos pré-moldados em concreto armado (sapatas de fundação, pilares, vigas, laje do mezanino, estrutura do telhado) totalizando área construída de 2.026,42m²;

Telhas de aço= 2.200pç 103x100cm;

Piso em concreto armado:

Consumo de aço (tela soldada) = 19.360kg

Consumo de concreto=290,00m³;

Alvenaria:

Consumo de blocos de concreto= 1100pç (14x19x39cm);

Consumo de blocos cerâmicos= 2.500pç;

Consumo de argamassa de assentamento/reboco=4,50m³;

Pintura:

Pintura externa= 25 latas de tinta acrílica;

Pintura interna= 35 latas de tinta acrílica;

Pavimentação empregando lajota sextavada em concreto:

Pavimentação de 1.100,00 m²= 20.000pç (lajotas).

Instalações de água fria /esgoto / água pluvial:

Tubo pvc 150mm = 25 barras;

Tubo pvc 100mm = 60 barras;

Tubo pvc 50mm = 5 barras;

Tubo pvc 40mm = 6 barras;

Tubo pvc 25mm = 15 barras.

6. Em relação ao item 2.4, conforme Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018, apresentar o cronograma físico das etapas de implantação.

Resposta: O cronograma físico das etapas de implantação do galpão encontra-se no Anexo II.

7. Em relação ao item 2.6, conforme Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018, indicar a tipologia vegetacional e estágio de sucessão ecológica da vegetação remanescente existente no imóvel. Além disso, apresentar a porcentagem ou metragem da vegetação remanescente em relação a área total do lote.

Resposta:

FORMAÇÃO FLORESTAL – ASPECTO ORIGINAL

Este item objetiva descrever os componentes, características e distribuição das formações florestais originais na área de supressão, iniciando com uma análise dos ecossistemas terrestres originais existentes, em seguida a interpretação da estrutura e composição florística original dessas áreas de influência e, por fim, analisando a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Floresta Ombrófila Densa Submontana, principais tipologias vegetacionais da área de interesse do presente Estudo.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA ORIGINAL

A cobertura vegetal da área em estudo está inserida dentro dos limites da Região da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Atlântica ou Mata Atlântica).

Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) é uma formação vegetal exuberante, complexa e subdividida em sub-formações, quanto à composição, estrutura e aspecto fitofisionômico. Ocupa grande parte do estado, margeando o Oceano Atlântico e ao mesmo tempo estendendo-se em direção ao interior, no Vale do Itajaí. Ao norte da costa catarinense, bem como no Vale do Itajaí, as encostas são muito íngremes, formando vales estreitos e profundos, cobertos por densa floresta até quase o alto. Nos topos dos morros há uma vegetação bem característica, conhecida como “mata nebular”.

Os remanescentes intactos ou regenerados a muito tempo da Floresta Atlântica, é formada por grupos arbóreos densos, intercalados por diversos estratos compostos por árvores, arvoretas e arbustos. A sequência segue com o estrato das árvores, arvoretas, arbustos e por último o estrato herbáceo. Apresenta ainda uma diversidade de epífitas, representadas pelas bromeliáceas, orquidáceas, aráceas, piperáceas, gesneriáceas, cactáceas e diversas famílias de samambaias (Pteridófitas) e grande número de lianas lenhosas.

Nas encostas da Serra do Mar, domina o estrato das árvores: *Sloanea guianensis* (laranjeira-do-mato), *Ocotea catharinensis* (canela-preta), *Guapira opposita* (maria-mole), o *Brosimopsis lactescens* (leiteiro) e o *Chrysophyllum viride* (aguaí). No estrato abaixo dominam a juçara ou palmito (*Euterpe edulis*). Na parte caracterizada por florestas de encostas íngremes, a composição era bastante complexa, predominando a *Ocotea catharinensis* (canela-preta), associada à *Chrysophyllum viride* (aguaí) e ao palmito (*Euterpe edulis*). Nas encostas íngremes e em morros, encontrava-se uma vegetação caracterizada pela presença do Baguaçu (*Talauma*

ovata), maria-mole (*Guapira opposita*), peroba-vermelha (*Aspidosperma olivaceum*), bicuíba (*Virola oleifera*), além de adensamentos de palmiteiros.

Segundo LEITE e KLEIN (1990) e NEGRELLE (2002), a Floresta Ombrófila Densa possui 4 características tropicais, mesmo situada em zona extratropical nos estados do Paraná e Santa Catarina. São a ausência de um período seco, temperaturas médias acima de 15°C e a alta umidade que caracterizam esta formação florestal IBGE (1992).

De acordo com o Mapa de Vegetação do Brasil, editado pelo IBGE (BRASIL, 1993) e o Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina (KLEIN, 1978), a vegetação original da vertente litorânea de Santa Catarina, em sua maior parte, uma densa floresta pluvial tropical, chamada Floresta Ombrófila Densa na nomenclatura brasileira (VELLOSO et al. 1990).

Embora localizada em zona de clima subtropical, esta floresta mostra todas as características da floresta pluvial tropical, que é a grande riqueza específica. Estudos realizados mostram que foram registradas 359 espécies arbóreas e arbustivas, pertencentes a 72 famílias, num trecho de mata de 5.000 ha na Serra do Itajaí, município de Blumenau (SEVEGNANI et al., 2003), existência de vários estratos, de altos valores de biomassa, de muitos cipós e lianas, de epifitismo, de alto grau de endemismo e de espécies raras, de grande especialização das relações entre flora e fauna e dominância de vetores animais nas síndromes de polinização e dispersão das plantas (VIBRANS, 2003).

KLEIN (1979/80) e SEVEGNANI (2002) descreveram detalhadamente a flora e a vegetação da vertente atlântica de Santa Catarina. Estes autores reconhecem quatro formações da Floresta Ombrófila Densa, com aspectos e composição de espécies diferentes:

- das terras baixas (nas planícies aluviais até uma altitude de 30m);
- submontana (em altitudes entre 30 e 400 metros);
- montana (entre 400 e 800 metros);
- altomontana (localizada acima de 800 m de altitude) (VIBRANS, 2003).

Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas

A vegetação original da área de estudo era caracterizada pelas matas situadas em solos constantemente muito úmidos das Planícies Quaternárias, com dominância de *Ficus organensis* e *Calophyllum brasiliense*.

Para Klein (1979), nos solos acentuadamente higromórficos, e que durante todo o ano se encontram com um teor de umidade bastante elevado, bem como se transformam durante as chuvas mais intensas em charcos, é possível observar um tipo

de mata muito uniforme, na qual o estrato superior é sensivelmente dominado por *Ficus organensis* (figueira-de-folha-miúda) e *Calophyllum brasiliense* (olandi ou guanandi), imprimindo pelo seu porte, bem como, sobretudo pelas suas bem formadas copas, a este tipo de vegetação, seu cunho próprio e característico. A abundância e a frequência destas espécies é mais ou menos expressiva, conforme a variação da umidade local do solo. Assim, nos locais excessivamente úmidos, predomina *Calophyllum brasiliense*, que chega a perfazer aproximadamente 70% da cobertura da sinúsia superior, enquanto nesta situação *Ficus organensis* chega apenas 25 até 30%. À medida que o solo vai se tornando menos encharcado, aumentam gradativamente a frequência e a abundância de *Ficus organensis*, diminuindo, proporcionalmente, a abundância e a frequência de *Calophyllum brasiliense*.

Nas áreas dominadas por *Calophyllum brasiliense*, a sinúsia arbórea era muito homogênea, quase exclusivamente formada pelas densas e escuras copas destas árvores, que imprime a este tipo de grupamento uma fácies própria, em virtude de suas cores que contrastem sensivelmente com as das demais copas.

Nos solos menos encharcados pode-se observar o aparecimento das seguintes árvores, que, por vezes, podem constituir-se em subdominantes, além de *Ficus organensis* que quase sempre faz parte integrante deste tipo de matas edáficas: *Tapirira guianensis* (cupiúva), *Inga striata* (ingá-de-quatro-quinas) e *Tabebuia umbellata* (ipê-da-várzea ou ipê-amarelo) (KLEIN, 1979).

Neste tipo de matas apareciam ainda, na sinúsia das árvores: *Alchornea* (tanheiro), *Nectandra rigida* (canela-garuva ou canela-amarela), *Andira anthelminthica* (pau-angelim) e outras. Como elemento arbóreo de infiltração era observado, comumente, a *Talauma ovata* (baguaçu).

O estrato herbáceo era constituído, ora, por um denso grupamento de *Calathea* sp. (caeté), ora de *Nidularium innocentii* var. *parxianum*, ora de *Bromelia antiacantha* (banana-do-mato) (KLEIN, 1979).

Comparando com o rico epifitismo reinante na floresta da encosta atlântica, verificava-se nas matas das planícies quaternárias, tanto nos troncos como, sobretudo nos ramos das árvores um pequeno número de espécies de epífitas, predominando em geral os representantes das Bromeliáceas e Aráceas. As espécies mais comuns de Bromeliáceas eram sem dúvida: *Aechmea nudicaulis* var. *cuspidata*, formando por vezes densas populações, compostas por dezenas de exemplares, cobrindo parcial ou quase totalmente os ramos das árvores, principalmente de figueiras. Outras bromélias muito comuns eram: *Vriesea philippo – coburgii*, *V. vagans* e *V. gigantea*, localizadas principalmente nos ramos médios e inferiores, enquanto nos troncos são bastante

frequentes a *Vriesea incurvata* e a *V. carinata*, emprestando assim, ao interior da mata e o seu cunho característico.

Entre as aráceas epifíticas predominavam *Philodendron imbe* e algumas espécies de *Anthurium*. Havia relativamente poucos representantes de Orquidáceas e entre as que apresentam flores vistosas sobressai a *Cattleya intermedia*, que é a mais comum. Muitas vezes se encontra associada com *Aechmea nudicaulis* var. *cuspidata*, formando um belo conjunto. Nos troncos eram frequentes representantes do gênero *Pleurothallis* que apresentam flores em geral muito pequenas (KLEIN, 1979).

Floresta Ombrófila Densa Submontana

Estabelecida originalmente na variação altitudinal compreendida entre 30 e 500 m acima do nível do mar; ocorre em solos profundos e se caracteriza por apresentar agrupamentos vegetais bem desenvolvidos, cujas copas largas e densas constituem coberturas arbóreas bastante fechadas, entre as principais espécies ocorrentes nesta formação destacam-se a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), a laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*), o guamirim (*Calypttranthes strigipes*) e o ingá-macaco (*Ingá sessilis*).

No estrato médio predominava acentuadamente o palmitheiro (*Euterpe edulis*), que nestes grupamentos já se encontrava em vitalidade bastante equilibrada, produzindo abundantes frutos providos de sementes férteis, garantindo assim a dinâmica da espécie (KLEIN, 1980).

O processo sucessional envolve mudanças na dominância ou na composição de espécies características, onde novas espécies entram na comunidade tornando-se espécies características (HORN, 1974; GLENN-LEWIN e VAN DER MAAREL, 1992). Sucessão primária é definida como sendo o desenvolvimento da vegetação em substratos novos, frequentemente caracterizado pela baixa fertilidade (GORHAM *et al.*, 1979), onde as áreas não apresentam vestígios de vegetação, não apresentam banco de sementes nem matéria orgânica, e os propágulos para colonização chegam por imigração (GLENN-LEWIN e VAN DER MAAREL, 1992). Por outro lado, sucessão secundária é a reposição da vegetação pré-existente após um drástico distúrbio na vegetação. Esse desenvolvimento ocorre com solo e resquícios de vegetação pré-existente, muitas vezes com sementes ou banco de sementes (GLENN-LEWIN e MAAREL, 1992; CHOKKALINGAM e DE JONG, 2001).

CHOKKALINGAM e DE JONG (2001) definiram florestas secundárias como florestas em regeneração natural após significantes distúrbios humanos e/ou naturais na vegetação, podendo ter ocorrido uma única vez ou progressivamente por longos

períodos. A floresta secundária apresenta grandes diferenças na estrutura e na composição florística, quando comparada a uma floresta primária próxima, mesmo em sítios similares CHOKKALINGAM e DE JONG (2001).

Esta floresta era caracterizada, sobretudo pela ausência de grande número de árvores tropicais e maior homogeneidade das espécies dominantes. A vegetação predominante é a de encosta do tipo floresta latifoliada da encosta atlântica. Originalmente todas as encostas do Vale do Itajaí estavam cobertas por densas e bem desenvolvidas florestas. As florestas eram dominadas fitofisionomicamente pelas canelas, graças a elevada abundância e frequência das mesmas, aliadas as densas e majestosas copas de canela-preta e canela-sassafrás, principais formadoras das coberturas contínuas do estrato arbóreo, nesta região.

A destacada predominância da canela-preta podia ser observada em praticamente todas as matas de encostas do Alto Vale do Itajaí, abrangendo altitudes compreendidas entre 400-800 metros, que alcançava seus valores em cobertura basal de 30% a 60%, enquanto seu valor em madeira era de cerca de 20%-40% (KLEIN, 1980).

Em grandes áreas do Alto Vale do Itajaí, continua a predominar, no estrato médio, o palmito, apresentando ainda nestas alturas, estipes bastante desenvolvidos, alcançando até 15 ou mais metros de altura, imprimindo, assim, um aspecto característico de palmeiras ao estrato, graças a sua grande abundância e distribuição bastante uniforme pelo interior da floresta. Como se desenvolve sob as frondosas e densas copas das canelas e outras árvores dominantes, está completamente ao abrigo das frequentes geadas que se verificam nesta área, principalmente nas altitudes maiores. Ocorre até a altitude de 500-600 metros, onde frequentemente começam a se verificar os afloramentos das rochas perpendiculares, tão frequentes e características nesta região. Nas encostas situadas acima dos afloramentos perpendiculares das rochas areníticas bem como nas chapadas, não se constata mais a presença do palmito, possivelmente em virtude das maiores exposições aos ventos frios do planalto, bem como as geadas mais intensas e mais frequentes (KLEIN, 1980).

Atualmente predomina-se no imóvel a vegetação nativa em estágio médio de regeneração, em 70,91% da área, conforme pode ser observado no mapa de uso e ocupação do solo no Anexo III.

8. Em relação ao item 2.8.1 Consumo de Água, verificar e compatibilizar informações uma vez que o EIV apresenta uma estimativa de consumo de 5.000L/dia e a Viabilidade da EMASA e memorial do Projeto Hidrossanitário relata um consumo de 3.350L/dia.

Resposta: Foi corrigido conforme viabilidade da EMASA e memorial do Projeto

Hidrossanitário, consumo de 3.350 L/dia.

9. Em relação ao item 2.8.5 Efluente de drenagem e águas pluviais geradas, a CEIV entende ser necessário, como medida mitigadora, a instalação de um sistema contenção de águas pluviais, por meio de tanque de retardo, antes do lançamento do efluente pluvial na rede pública. Apresentar os projetos e memoriais, acompanhado da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica.

Resposta: No Anexo IV encontra-se o projeto e ART da cisterna de retardo de água pluvial e do reaproveitamento das águas pluviais, com capacidade de 5.000 L cada.

10. Em relação ao item 2.11 SISTEMA VIÁRIO E O EMPREENDIMENTO e item 3.7 SISTEMA VIÁRIO DA ÁREA DE VIZINHANÇA:

- 10.1. Em 4.1.3, a Expectativa de Ocorrência não deveria ser “certa” ao invés de “incerta”?

Resposta: Foi alterado para expectativa de ocorrência certa.

Tabela 2. Atributos do impacto pressão sobre o sistema viário.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Operação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVD
Importância	Moderada
Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Cíclico

- 10.2. Das Medidas Mitigadoras em 4.1.3, o bicicletário e carga/descarga de materiais no interior do terreno podem ser considerados. Rever as demais.

Resposta: Correção das medidas mitigadoras

- Bicicletário com 05 vagas;
- Carga e descarga de produtos e materiais no interior do terreno.

- 10.3. Com relação ao EIT, conforme o Termo de Referência da Legislação Municipal nº 24/2018, a CEIV apresenta as seguintes considerações:

- a) Apresentar o sentido do tráfego, indicação de vias projetadas, gabarito existente e projetado e pontos de táxi.

- Sentido do tráfego nas vias próximas



Figura 4. Sentido do tráfego nas vias próximas ao empreendimento.

- Não há pontos de taxi próximo ao empreendimento.
- Não haverá novas vias projetadas.

b) No item 5.1, Ilustrar o posicionamento relativo dos acessos (onde a guia está rebaixada em projeto) à localização da Rua Boa Vista, com cotas.

Resposta: Anexo VI.

c) No item 5.2, Na página 13 há a menção de que há uma parada próxima ao empreendimento. Indicar em imagem a localização exata das paradas mais próximas.

Resposta: A parada de ônibus está localizada na coordenada UTM: 736738.12 m E e 7008249.94 m S, conforme pode ser observado na Figura abaixo.



Figura 5. Localização do ponto de ônibus.

No Anexo I encontra-se a localização das áreas de embarque e desembarque e carga/descarga. A carga e descarga será realizada em frente aos portões existentes.

d) No item 6, Por que as áreas de influência são diferentes das áreas de vizinhança da seção 3.1 do EIV? Além disso, a área de influência direta descrita no segundo parágrafo da seção 6.1 não coincide com a Figura 14.

Resposta: Foi realizado a correção deste item, sendo que as áreas de influência foram mantidas as mesmas, tanto no EIV quanto no EIT, conforme pode ser visualizado nas imagens abaixo:

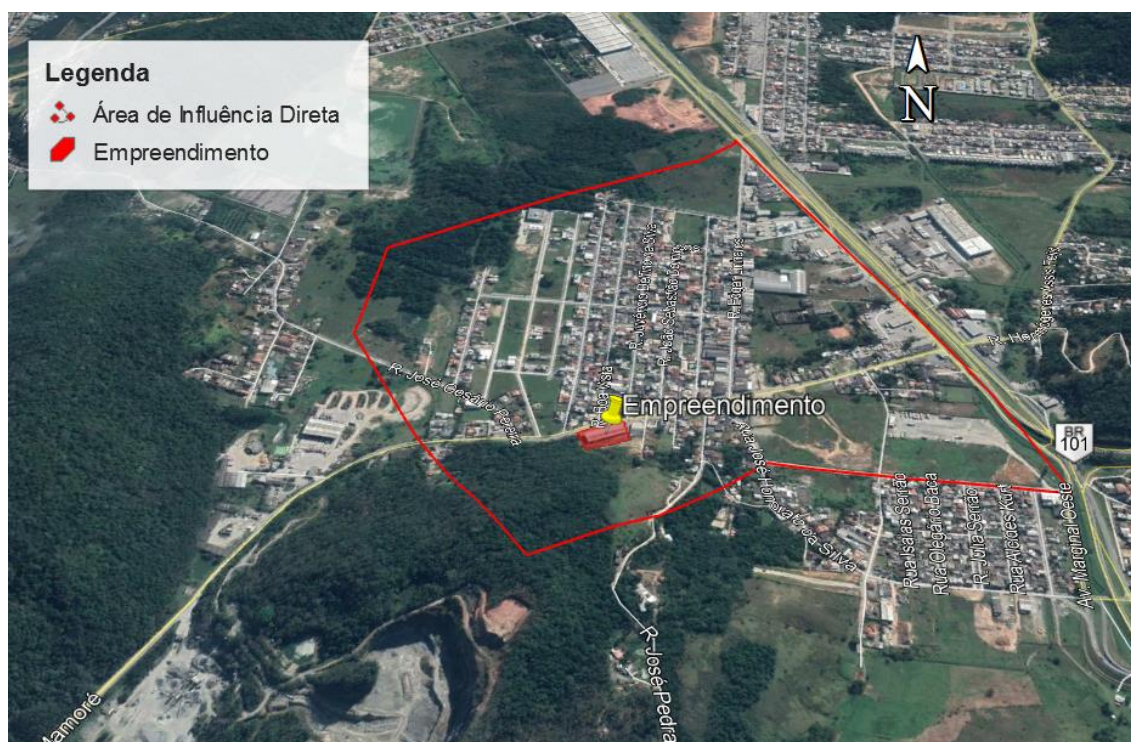


Figura 6. Delimitação da Área de influência direta (AID). Fonte: Google Earth, 2020.

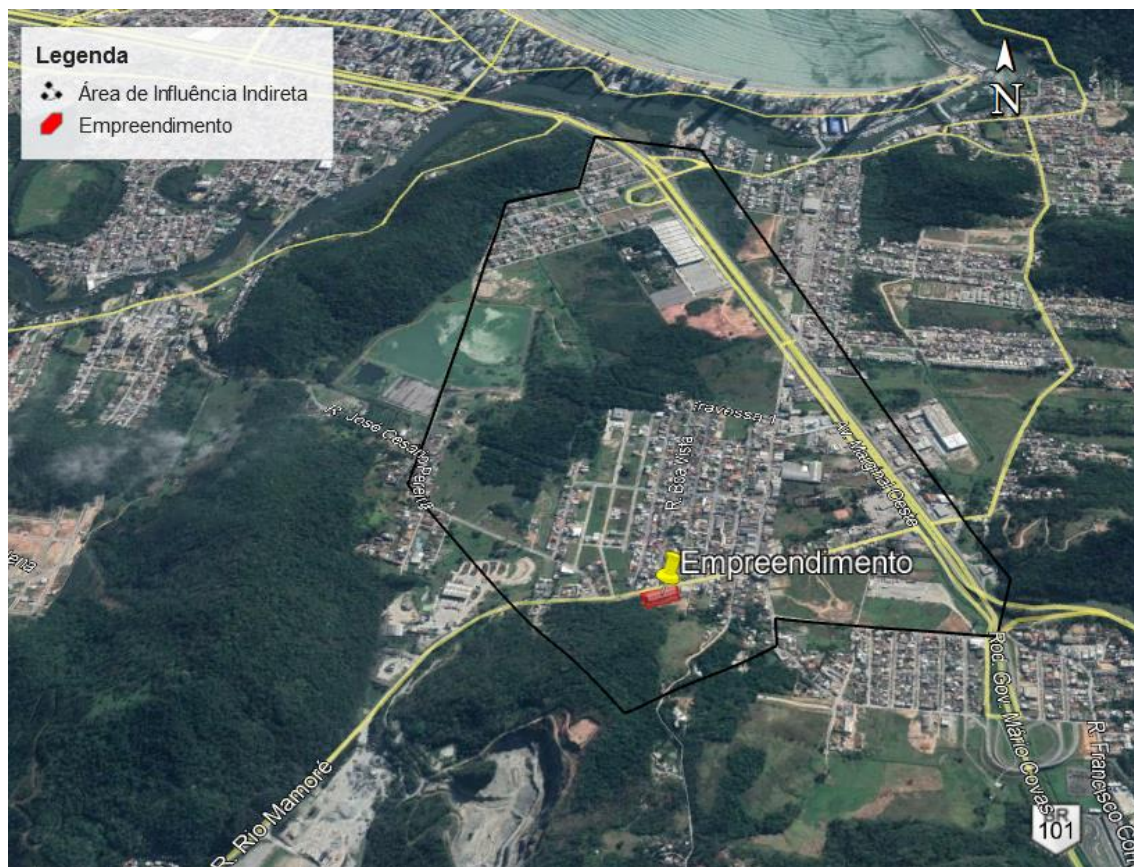


Figura 7. Delimitação da Área de influência indireta (AID). Fonte: Google Earth, 2020.

e) No item 7.2.1, ilustrar a localização do empreendimento, seus acessos, faixas de pedestres e lombadas próximas. Obs.: colocar cotas.



Figura 8: Mapa de localização e acessos com destaque a lombada e faixas de pedestres.

No primeiro parágrafo desta subseção, corrigir: “Em relação a sinalização horizontal, foram encontradas placas [...]”.

A Figura 18 e o que segue do primeiro parágrafo estão incoerentes: “As vias locais com sinalização vertical e horizontal [...]”.

As informações quanto a ciclofaixas no segundo parágrafo não conferem com as Figuras 20 e 21.

Corrigir o nome da rua na Figura 25.

Da Figura 26, o que é sinalização de esquina?

Resposta: Correção dos itens conforme solicitado.

Durante vistoria realizada no entorno do empreendimento, foi analisada a sinalização de trânsito para os veículos, tanto vertical (placas de regulamentação e advertência) como horizontal. Em relação a sinalização vertical, foram encontradas algumas placas em bom estado de conservação, em alguns pontos, e boa visibilidade na maior parte dos trechos do entorno onde há pavimento asfáltico.

No entanto, todas as vias locais apresentam sinalização vertical e horizontal defeituosas, com avarias em baixo estado de conservação, desgastadas e, ainda se verificou um passeio com restrições de passagem para pedestres (Fig.10 e Fig. 11), e pouca sinalização.

As faixas de pedestres e a lombada na Avenida José Alves Cabral (Fig. 9) apresentam-se um pouco deterioradas. Existe ciclofaixa na via principal, no entanto a mesma apresenta-se com marcação fraca e pouco definida (Fig. 12). Também não foram visualizados locais de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, como rebaixamento de guias e sinalização podotátil.



Figura 9: Lombada com pintura desgastada e marcações de limite de pista apagadas.



Figura 10: Passeio da avenida José Alves Cabral inexistente.



Figura 11: Falta de sinalização vertical e passeio inexistente.



Figura 12: Passeio público irregular e ciclofaixa sem definição explícita.

f) No item 7.2.2, Ilustrar as linhas do Transporte Coletivo a nível de AVD com a localização do empreendimento, à partir de um recorte do sistema ilustrado na Figura 33.

Conforme o Termo de Referência da Legislação Municipal nº 24/2018: “Sistema de transporte: indicar a previsão de incremento no sistema público de transporte.”

Resposta: Não há previsão de incremento no sistema de transporte local.

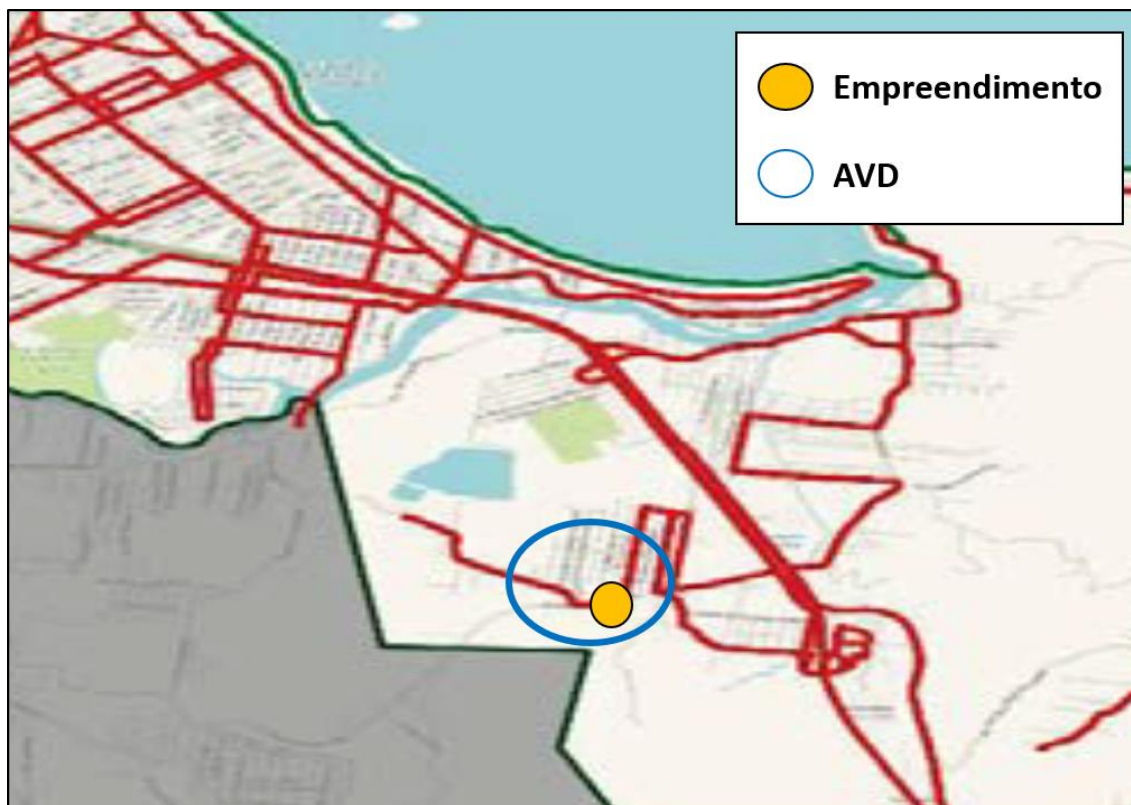


Figura 13: Linhas de ônibus da Expressul e a localização do empreendimento. Fonte: PLANMOB, 2018.

g) No item 7.2.3, O segundo parágrafo de 7.2.1 está incoerente com esta subseção (7.2.3). Ademais, ilustrar o sistema ciclo viário dentro da AVD.

Resposta: O entorno do empreendimento existe estrutura ciclo viária, no entanto ela está com demarcação ineficiente e os ciclistas dividem espaço do passeio e da via principal (Avenida José Alves Cabral) representada na Figura 13, acima.

h) No item 7.2.5, Onde os caminhões farão as operações de carga/descarga?

Resposta: Os caminhões farão as operações de carga/descarga no interior do terreno, em frente aos portões, conforme detalhado no Anexo I.

i) No item 8.1.1, Fazer o diagrama dos movimentos para os pontos de contagem 1 e 2, pois não foi possível compreender os dados da contagem volumétrica apresentados em 8.1.3.

A contagem volumétrica se deu a partir de 2 pontos. O primeiro localizado na Avenida José Alves Cabral, que é a principal via de acesso de entrada e saída do empreendimento. O segundo na esquina da rua Boa Vista, pois a mesma pode ser utilizada e pela sua localização, bem em frente ao empreendimento, pode servir de via

direta para o empreendimento, tanto para a entrada como para a saída. No local não existe sinalização vertical proibindo a virada a esquerda no sentido oeste/leste, por isso avaliou-se necessário a contagem neste local.

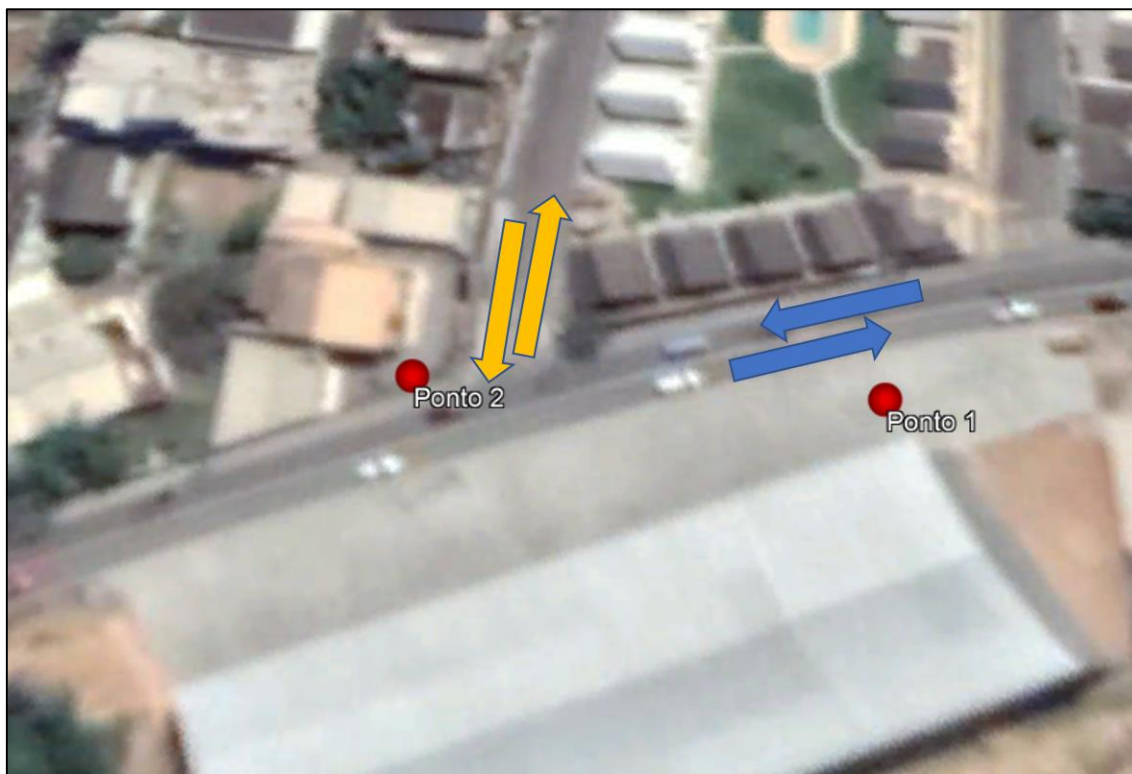


Figura 14: Diagrama de fluxo dos pontos de contagem.

j) No item 8.1.3, Na Tabela 4 corrigir a informação no campo “Local”, pois não confere com o título da tabela.

Resposta:

CONTAGEM DE TRÁFEGO					
Local: Ponto 02 – Av. José A. Cabral, esq. Rua boa vista		Data: 09/07/2020		Condições do Tempo: Céu aberto sem nuvens	
Sentido: Oeste/Leste				Responsável: Ricardo	
Hora	Veículos de Passeio	Ônibus	Caminhões	Motos	Bicicleta
17:00 – 17:15	6	-	-	3	X
17:15 – 17:30	11	-	-	3	X
17:30 – 17:45	6	-	-	4	X
17:45 – 18:00	10	-	1	3	X
18:00 – 18:15	8	-	-	4	X
18:15 – 18:30	9	-	-	4	X
18:30 – 18:45	9	-	-	2	X

18:45 – 19:00	7	-	-	6	X
---------------	---	---	---	---	---

k) No item 9.1.2, Foi identificado que o terceiro parágrafo é cópia de outro EIV (Fronza Aramados Eireli). Portanto, segue observação também feita àquele:

O argumento grifado é inválido: “Dessa forma, por mais que haja diversas metodologias de geração de viagens, não há uma metodologia adequada para este tipo de empreendimento. Por essa razão, considerou-se para a geração de viagens o pior cenário, no qual todos os funcionários da empresa utilizam a Avenida das Flores ou a Rua Sergipe para chegar ao local de trabalho na hora pico. Sendo assim, desconsiderou-se os demais cenários, nos quais as rotas que não são de jurisdição municipal.”

Recomenda-se utilizar os Cadernos de Pesquisa da Rede Ibero-Americana de Estudos em Polos Geradores de Viagens, em que há modelos para uso misto e ainda há modelos e taxas de geração de viagens para outras modalidades e parâmetros de interesse, como cargas e caminhões. Segue link: <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/cadernos/introducao>

Resposta: Como o empreendimento não estabelece um uso definitivo, ficando a cargo dos locadores no mesmo a definição das atividades, podendo as mesmas serem alteradas ao longo do tempo, não há subsídio coerente para definição do tipo de veículo gerador ou não de viagem no local. Por isso a adoção do pior cenário, e conforme descrito (após a correção dos equívocos das informações a respeito do estudo Fronza Aramados Eireli) segue a mesma.

l) No item 9.1.5, A alocação de viagens está questionável devido ao comentário relacionado à subseção 8.1.1.

Resposta: O item i) traz a informação do diagrama dos pontos de contagem de veículos.

m) No item 9.1.6, Considerar também o cenário de cinco anos após a implantação do empreendimento, conforme o Termo de Referência da Legislação Municipal nº 24/2018. Ainda, calcular o nível de serviço para todos os diferentes cenários, com e sem o empreendimento.

Avaliar o nível de serviço da interseção da Rua Boa Vista com a Av. José Alves Cabral, considerando que é neste tipo de elemento viário em que o cenário de tráfego é mais desfavorável.

Foi realizada então uma projeção do tráfego atual em 5 anos a partir de 2020 (situação atual), ou seja, até o ano de 2025. Foram considerados dois cenários, com e sem o empreendimento.

Tabela 3: Projeção de tráfego para o ponto 1: Avenida José Alves Cabral.

	Sem o Empreendimento	Com o empreendimento
2020	1053	1141
2021	1084,6	1175
2022	1117	1210
2023	1150,7	1246,8
2024	1185	1284
2025	1220	1322,7

Tabela 4: Projeção de tráfego para o ponto 2: Rua Boa Vista.

	Sem o Empreendimento	Com o empreendimento
2020	39	40
2021	40	41,2
2022	41,3	42,4
2023	42,6	43,7
2024	43,8	45
2025	45,2	46,3

Níveis de Serviço sem o empreendimento:

Atual					
	Taxa de Fluxo (v4)	V60min	PHf	Densidade (veic/km)	Nível de Serviço
Ponto 01	1053	1053,13	1,000123457	26,325	Péssimo
Ponto 02	39	39,04	1,001025641	0,975	Ótimo

5 anos

	Taxa de Fluxo (v4)	V60min	PHf	Densidade (veic/km)	Nível de Serviço
Ponto 01	1220	1053,13	0,863221311	30,5	Inaceitável
Ponto 02	45,2	39,04	0,863716814	1,13	Ótimo

10 anos

	Taxa de Fluxo (v4)	V60min	PHf	Densidade (veic/km)	Nível de Serviço
Ponto 01	5352	1053,13	0,196773169	133,8	Inaceitável
Ponto 02	198	39,04	0,197171717	4,95	Ótimo

Níveis de Serviço com o empreendimento:

Atual					
	Taxa de Fluxo (v4)	V60min	PHf	Densidade (veic/km)	Nível de Serviço
Ponto 01	1141	1053,13	0,922988606	28,525	Péssimo
Ponto 02	40	39,04	0,976	1	Ótimo

5 anos

	Taxa de Fluxo (v4)	V60min	PHf	Densidade (veic/km)	Nível de Serviço
Ponto 01	1322,7	1053,13	0,796197172	33,0675	Inaceitável
Ponto 02	46,3	39,04	0,843196544	1,1575	Ótimo

10 anos

	Taxa de Fluxo (v4)	V60min	PHf	Densidade (veic/km)	Nível de Serviço
Ponto 01	5799	1053,13	0,181605449	144,975	Inaceitável
Ponto 02	62	39,04	0,629677419	1,55	Ótimo

Os níveis de serviço da intersecção da Rua boa vista com a avenida José Alves Cabral pouco se alteram, pois o fluxo veicular no local é baixo e o uso é basicamente para movimentações de moradores locais.

n) No item 10.1.1, A calçada não pode ser considerada como medida mitigadora por ser inerente a qualquer empreendimento.

Resposta: Foi excluída essa medida mitigadora do EIT.

o) No item 10.1.2, As 46 vagas são as exigidas, portanto, da mesma forma que a calçada, não é medida mitigadora.

Resposta: Foram excluídas essas medidas mitigadoras do EIT.

p) No item 10.1.4, esclarecer como será a sinalização e onde estará localizada.

Resposta: Foi excluída essa medida mitigadora do EIT.

q) No item 10.1.5, Indicar em projeto a localização e o número de vagas para bicicletas. Ainda, esclarecer a informação em negrito: “Implantação de anteparos para locação de bicicletas [...]”. (grifo nosso)

Resposta: No Anexo I está a localização do bicicletário, com capacidade para 05 vagas. Reescrito a informação:

Implantação de bicicletário com capacidade para 05 bicicletas, conforme consta no Anexo I.

11. Em relação ao item 2.12 USO RACIONAL DE INFRAESTRUTURA OU ASPECTOS VOLTADOS À SUSTENTABILIDADE, a CEIV sugere como

medida mitigadora a implantação de um sistema de captação e reuso da água da chuva.

Resposta: Será realizado a implantação de um sistema de captação e reuso da água da chuva, com capacidade de 5.000 L, conforme Anexo IV.

12. Em relação ao item 2.14 INVESTIMENTO PREVISTO, informa-se que valor de investimento deverá ser calculado conforme Artigo 6.º da Lei Complementar n. 24/2018: “Valor de Investimento: área total do empreendimento multiplicada por 1 CUB/SC.”

Resposta:

O investimento estimado para implantação do empreendimento é proveniente da multiplicação da área do empreendimento pelo CUB/SC, conforme Artigo 6º da Lei Complementar 24/2018.

$$VI = m^2 \text{ Final} \times 1 \text{ CUB/SC}$$

Considerando o valor do CUB/SC de junho de 2020 de R\$ 1.962,00, divulgado pelo Sinduscon/SC e área construída de 3.093,72 m², o investimento previsto é de R\$ 6.069.878,64.

13. Em relação ao item 3.4.1 Ocupação do Solo na Vizinhança do Empreendimento, conforme o item 3.4.1 do Termo de Referência da Lei Municipal n. 24/2018, deverá ser indicado a presença de áreas de preservação permanente e mapear (apresentar projeto) as restrições legais existentes no lote.

Resposta: No mapa de uso do solo do empreendimento (Anexo III), constam as duas áreas de preservação permanente que incidem no imóvel em questão, com os seus respectivos recuos, sendo que ambas não encontram-se na área de implantação do empreendimento.

14. Em relação ao item 3.8 Paisagem urbana, a CEIV entende ser necessário realizar a análise da relação entre a área privada e a pública (calçadas) na fachada da edificação, focando na criação de atratividade e vitalidade nesta área de transição. A abordagem deve focar em relação ao impacto (positivo ou negativo) que o empreendimento possa causar na segurança, vitalidade e atratividade que os pedestres experimentam ao andarem pela rua, e, principalmente, como tornar o local agradável e prazeroso para a permanência dos usuários. Como se dará a integração da fachada do empreendimento e a inter-relação destes espaços? Haverá telas, muros ou outros obstáculos? Como será o acesso de pedestres e ciclistas para o interior dos estabelecimentos? Apresentar soluções que integrem a fachada, contemplando a valorização do espaço público.

Resposta: Em resposta ao parecer sobre a Paisagem Urbana, entende-se que em um lote urbano cuja atribuição da taxa de ocupação do terreno estabelecida pela Prefeitura em seu Plano Diretor para a zona referida atinge 100% do lote, este poderia ocupar sua

parcela com volumes edificados que compartilhassem divisa com o passeio oficial, não se fazendo exigência conforme a legislação máxima urbana desta área de transição referida no parecer.

Ainda que não seja o caso do empreendimento proposto, que apresenta apenas 60% da ocupação da parte ocupável do lote na referida zona, o Plano Diretor de Balneário Camboriú enquanto lei urbana, não estabelece critérios para abordagem de tais transições. Outros modelos internacionais de legislação urbanística, como o "Form Base Code" nos Estados Unidos ou os "Planos de Pormenor" em Portugal, estabelecem tais critérios para se buscar maior vitalidade dos passeios públicos em área geralmente centrais atribuindo padrões construtivos de fachada e aproximação da rua mais criteriosos, como recuos, altura, proporção e orientação das aberturas frontais, coberturas de passeio, etc. Legislações como estas seriam muito bem-vindas em municípios como Balneário Camboriú, que apresenta alta densidade concentrada e centralidades importantes onde a vida na rua comporta grandes quantidades de fluxo de pessoas.

Todavia, se resgata aqui o fato de que a zona na qual se insere o empreendimento possui taxa de ocupação de 100% do lote, sem critérios ou padrões formais para as linhas de divisa com passeios, ou escalonamentos, tamanhos ou presença de aberturas neste alinhamento de fachada.

Para que referida vitalidade fosse alcançada neste setor, o Plano Diretor de Balneário Camboriú deveria ser revisto e incorporar ferramentas semelhantes às abordagens internacionais citadas.

Logo, se o empreendedor segue os parâmetros construtivos estabelecidos em Lei, a paisagem resultante da ocupação do solo proposto seguindo tais normas não representa um impacto.

Se reconhece, entretanto, que a tipologia de uso submetida à aprovação não tem por natureza arquiteturas de apelo estético ou atrativos a aproximação ou interação com usos públicos, já que é uma estrutura comercial com tipologia de galpão (permitida para o imóvel conforme Consulta de Viabilidade). Por esta natureza, a qualidade arquitetônica do edifício poderia em si representar um impacto a paisagem urbana caso esta área não fosse situada em uma via comercial e de serviços, que tem por função abrigar comércio, serviços e galpões com tal tipologia. O que não seria novamente o caso aqui, já que a via possui este caráter e inclusive outros edifícios com abordagens arquitetônicas semelhantes, como é o caso do murado Clube Candeias, da Capela Nossa Senhora da Boa Esperança que não possui interações com a via e os Galpões

com caminhões dispersos no pátio de uma usina de concreto situada muito próxima ao empreendimento proposto.

A ocupação da edificação no lote apresenta recuo. Acrescenta-se por fim o fato de que o empreendimento não terá muros, que geralmente desumanizam os passeios e eliminam interações com a cidade pela restrição do campo visual de quem circula por estes. Também terá o empreendimento a presença de um recuo frontal mínimo de 3 metros, garantindo a permeabilidade visual de pedestres no entorno e ao mesmo tempo dando segurança a estes pelo distanciamento de funções que possam representar risco potencial se muito próximas do passeio, como as funções de carga, descarga e deslocamento de mercadorias.

15. Com relação ao item 4.1 Descrição dos Impactos,

15.1. Conforme prevê a Lei Complementar n. 24/2018, os impactos devem ser considerados para fase de obra e de operação do empreendimento. Deste modo, o EIV deve levantar e considerar na matriz os impactos da fase de implantação do empreendimento. As medidas mitigadoras da fase de obra devem ser comprovadas por meio de registros fotográficos e/ou documentais.

Resposta: Seguem abaixo o levantamento dos impactos referente a fase de obras do empreendimento.

Impactos fase de implantação do empreendimento

- **Perda de cobertura vegetal**

Para a implantação do empreendimento houve a necessidade de supressão de vegetação, visando o preparo do terreno para a terraplanagem e demais atividades subsequentes. Foi realizado a supressão de 0,5290 ha, sendo 0,4530 ha de floresta nativa em estágio médio de regeneração, 0,40 ha de floresta nativa em estágio inicial de regeneração e 0,036 ha de árvores isoladas, conforme projeto aprovado pela SEMAM.

Tabela 5. Atributos do impacto perda de cobertura vegetal.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Implantação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	ADA
Importância	Moderada

Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Permanente

Medidas Mitigadoras:

- Restrição da supressão vegetal a áreas estritamente necessárias, sendo suprimido aproximadamente apenas 10% da área total do imóvel;
- Resgate e recolocação de indivíduos epífitos encontrados na área de supressão;
- Foi realizado o plantio de mudas nativas no terreno, assim como instalado comedouros no imóvel para atrair os pássaros, conforme pode ser observado nas Figuras abaixo.



Figura 15. Plantio de mudas nativas nos fundos do imóvel.



Figura 16. Instalação de comedouros para atração da avifauna.

No Anexo V consta o relatório de conclusão da supressão de vegetação, a qual foi realizada nos meses de abril e maio de 2018.

Perda de habitat

O impacto perda de habitat decorre da remoção da cobertura vegetal, porém ressalta-se que a supressão de vegetação foi de uma pequena parcela do imóvel (cerca de 10% da área), a qual tratava-se de um fragmento já com grande degradação, mantendo-se o restante dos habitats naturais.

Tabela 6. Atributos do impacto perda de habitat.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Implantação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVD

Importância	Moderada
Reversibilidade	Parcialmente reversível
Prazo de Duração	Temporário

Medidas Mitigadoras

- Resgate e recolocação de indivíduos epífitos encontrados na área de supressão;
- Plantio de árvores nativas;
- Instalação de comedouros para a avifauna.

Aumento da vulnerabilidade do solo a processos erosivos

A erosão é um processo de deslocamento de solo ou de rochas de uma superfície. Os processos erosivos ocorrem naturalmente no ambiente e podem ser potencializados por fenômenos da natureza ou por alterações antrópicas no relevo e na cobertura vegetal. A retirada da vegetação protetora, a movimentação dos solos e rochas resultam em alterações nos processos do meio físico.

Tabela 7. Atributos do impacto aumento da vulnerabilidade do solo a processos erosivos.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Implantação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVD
Importância	Moderada
Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Temporário

Medidas Mitigadoras

- Implantação dos dispositivos de drenagem pluvial, como descidas d'água em degraus e valetas de proteção de corte para a estabilização do talude.
- Revestimento vegetal para a conservação do talude, evitando a exposição do solo a ação das águas pluviais e o desencadeamento de processos erosivos.

Nas Figuras abaixo seguem imagens ilustrando que as medidas mitigadoras foram realizadas.



Figura 17. Valetas de proteção de corte e manutenção do revestimento vegetal com gramíneas no talude.



Figura 18. Dispositivos de drenagem pluvial instalados.

Alterações da qualidade do ar

A alteração da qualidade do ar refere-se as emissões atmosféricas oriundas das atividades de movimentação de terra e de caminhões, caracterizando-se principalmente por material particulado e poeira. Em menor escala serão emitidos gases de combustão provenientes da operação dos geradores de energia e de veículos e maquinários movidos a diesel, como o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x), monóxido de carbono (CO) e hidrocarbonetos (HC), que não representam valores significativos.

Tabela 8. Atributos do impacto alterações da qualidade do ar.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Implantação
Expectativa de Ocorrência	Certa

Área de Abrangência	AVD
Importância	Moderada
Reversibilidade	Reversível
Prazo de Duração	Temporário

Medidas Mitigadoras

- Umectação do solo exposto sempre que necessário ou quando as condições climáticas exigirem, evitando a dispersão dos particulados para a população do entorno;
- Cobertura da caçamba dos caminhões carregados, com lonas ou semelhantes, para evitar sua suspensão no ar.

*Não há registros fotográficos que comprovem tais medidas, visto que as atividades referente a terraplanagem e supressão de vegetação foram encerradas no ano de 2018.

Geração de Emprego e Renda

Na fase de implantação do empreendimento houve a contratação temporária de funcionários, contratação de empresas terceirizadas, equipe de profissionais capacitados em projetar o empreendimento, bem como aquisição de matérias-primas e insumos.

A etapa de obras do empreendimento gerou 05 postos de trabalho temporários, além da contratação de empresas prestadoras de serviços. Associado à geração de empregos há o aumento de renda que repercute em maior consumo de bens e serviços, afetando positivamente o comércio e a arrecadação de tributos.

Tabela 9. Atributos do impacto geração de emprego e renda.

Atributo	Qualificação
Natureza	Positiva
Fase de Ocorrência	Implantação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVI
Importância	Baixa
Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Temporário

Medidas Potencializadoras

- Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú;
- Priorizar a compra de materiais de fornecedores da região.

15.2. No item 4.1.2 Geração de Efluentes Líquidos, é importante verificar que o impacto real é o Aumento da Pressão no Sistema Público de coleta e tratamento de esgoto. Deste modo, o encaminhamento dos efluentes para a rede pública de coleta e tratamento de esgoto não é uma medida mitigadora. Além disso, a área de abrangência deve ser a AVD. Rever.

Resposta: Alteração do item 4.1.2, conforme descrição abaixo.

Aumento da pressão no sistema público de coleta e tratamento de esgoto

As águas residuais geradas na fase de operação do empreendimento provenientes das pias e sanitários serão direcionados para a rede coletora de esgoto do município de Balneário Camboriú e posteriormente encaminhados para tratamento na Estação de Tratamento de Efluentes da Águas da EMASA.

Tabela 10. Atributos do impacto geração de efluentes.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Operação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVD
Importância	Baixa
Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Permanente

Medidas Mitigadoras

- Não há.

15.3. Considerar o impacto de perda de cobertura vegetal relacionado ao aspecto Supressão de Vegetação;

Resposta: Apresentado no item 15.1.

15.4. Considerar o Impacto Pressão no Sistema Municipal de Abastecimento de Água;

Resposta: Acrescentado o impacto pressão no sistema municipal de abastecimento de água na fase de operação do empreendimento, conforme descrição abaixo.

Pressão no sistema municipal de abastecimento de água

Na fase de operação do empreendimento, conforme apresentado no Projeto Hidrossanitário, estima-se um consumo de 3.350 L/dia. O empreendimento será abastecido pela EMASA, conforme Viabilidade.

Tabela 11. Atributos do impacto pressão no sistema municipal de abastecimento de água.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa
Fase de Ocorrência	Operação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVD
Importância	Baixa
Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Permanente

Medidas Mitigadoras

- Implantação de sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais, com capacidade de 5.000 Litros.

15.5. Considerar o Impacto de Interferências no ambiente natural, a citar como exemplo, perda de habitat, afugentamento de fauna, incidência de iluminação artificial, colisão de aves;

Resposta: Foi acrescentado o item perda de habitat, conforme citado anteriormente no item 15.1. Demais exemplos são impactos potenciais, visto a estrutura do empreendimento e a grande área que manteve-se com vegetação no imóvel.

15.6. Considerar o Impacto de pressão sobre o sistema de drenagem/escoamento superficial;

Resposta: Acrescido o impacto de pressão sobre o sistema de drenagem/escoamento superficial na fase de operação do empreendimento, conforme descrição abaixo.

- **Pressão sobre o sistema de drenagem/escoamento superficial**

Com a instalação de novos empreendimentos, ocorre a impermeabilização dos solos, prejudicando a absorção da água e aumentando o escoamento superficial. O empreendimento em questão ocupa uma pequena parcela do imóvel, mantendo uma grande quantidade áreas permeáveis.

Tabela 12. Atributos do impacto pressão sobre o sistema de drenagem/escoamento superficial.

Atributo	Qualificação
Natureza	Negativa

Fase de Ocorrência	Operação
Expectativa de Ocorrência	Certa
Área de Abrangência	AVD
Importância	Moderada
Reversibilidade	Irreversível
Prazo de Duração	Permanente

Medidas Mitigadoras

- Implantação de reservatório de contenção de águas pluviais com capacidade de 5.000 Litros;
- Implantação de sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais, com capacidade de 5.000 Litros;
- Área de estacionamento permeável, com pavimentação de piso intertravado;
- Área arborizada e vegetada em grande parte do imóvel.



Figura 19. Visualização da pavimentação do empreendimento.



Figura 20. Imagem ilustrando área vegetada e com gramíneas.

16. Com relação ao item 5.3 Valor de compensação do empreendimento:

16.1. No item Índice sobre os Recursos Naturais – ISRN, o estudo apresentou valoração "0 – causa pequeno impacto nos recursos naturais", entretanto, devido supressão de vegetação, terraplenagem, movimentação de insumos, geração de resíduos, geração de resíduos particulares finos durante a execução, pressão no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto e outros impactos, a CEIV entende que a valoração justa do empreendimento deva ser de "2 – Impacta os recursos naturais e o empreendimento não é demanda reprimida no município".

Resposta: Foi realizada a alteração para 2.

16.2. Rever o cálculo do IEU que deve ser 0,9% uma vez que o lote ocupa área em ZAN;

Resposta: Foi realizada a alteração para 0,9%.

17. Rever o cálculo do valor da compensação considerando as adequações apontadas neste parecer. O valor da contrapartida deverá ser apresentado em CUB/SC.

Resposta: Foram realizadas as adequações necessárias na Matriz. A matriz de impacto atualizado encontra-se no Anexo VII.

O valor de contrapartida é de 29 CUB/SC, conforme pode ser visualizado abaixo.

ZONA DO EMPREENDIMENTO		1
ÁREA EMPREENDIMENTO (m²)		3.093,72
CUB-SC (R\$)	R\$	1.962,00
VALOR DE INVESTIMENTO (R\$)	R\$	6.069.878,64
ÍNDICE MAGNITUDE	IM	2
ÍNDICE SOBRE RECURSOS NATURAIS	ISRN	2
ÍNDICE ABRANGÊNCIA	IA	1
ÍNDICE TEMPORALIDADE	IT	1
ÍNDICE COMPROMETIMENTO DE INFRAESTRUTURA DA VIZINHANÇA	ICIV	1
IMPACTO SOBRE SUSTENTABILIDADE	ISSU	0,025
COMPROMETIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA VIZINHANÇA	CIV	0,013
INFLUÊNCIA NOS ECOSISTEMAS URBANOS	IEU	0,900
GRAU DE IMPACTO (%)	GI	0,938
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA (R\$)	VC	R\$ 56.905,11
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA (CUB)	VC	29,003625